



Cláudio Ch. A. *Dr. J. J. C.*
Leandro *Dr. J. J. C.* *Dr. J. J. C.*

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS REFERENTES AO ANO 2005

Proposta apresentada pelo Conselho Directivo Nacional
Lisboa, 22 de Fevereiro de 2006



Manuel Ch. H. ag
 Sérgio O. J. J.
 S. M. af
f. m.

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	4
I – ACTIVIDADES INERENTES ÀS OPÇÕES DEFINIDAS NO PLANO DE ACÇÃO PARA O MANDATO	5
1 – EXERCÍCIO PROFISSIONAL	5
1.1 Promover a qualidade dos cuidados de enfermagem e os sistemas de informação	5
1.1.1 Projecto “Padrões de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem e Sistemas de Informação”	5
1.1.2 Grupos de trabalho criados no âmbito das boas práticas	6
1.2 Promover o desenvolvimento profissional / certificação de competências	8
1.2.1 Definição do modelo	8
1.2.2 A intervenção política	8
1.2.3 A intervenção junto dos enfermeiros	9
1.2.4 A formação em enfermagem	9
1.2.5 Individualização das especialidades de Enfermagem	9
1.3 Promover a melhoria das condições para o exercício profissional e respectivo controlo	9
1.4 Desenvolver a reflexão ética	11
2 – MANDATO SOCIAL DA PROFISSÃO	11
2.1 Preparação do II Congresso da OE	11
2.2 Desenvolvimento do mandato social para com os cidadãos	12
2.3 Desenvolvimento do mandato social para com os enfermeiros	12
2.4 Desenvolvimento do mandato social para com o poder político	13
2.4.1 Presidência da República	13
2.4.2 Assembleia da República	13
2.4.3 Governo	13
2.4.4 Participação em comissões / organismos previstos na lei ou por solicitação	15
2.4.5 Participação em eventos realizados por enfermeiros e / ou outras entidades	15
3 – GESTÃO CENTRALIZADA DO PATRIMÓNIO E RECURSOS	15
3.1 Gestão centralizada do património	15
3.2 Gestão de recursos humanos	16
4 – RELAÇÕES INTERNACIONAIS	16
4.1 Actividades desenvolvidas	16
- ICN – Conselho Internacional de Enfermeiros	16
Conselho de Representantes Nacionais	17
- EFN – Federação Europeia das Associações de Enfermeiros	18
- EFNMA – European Forum of National Nursing and Midwifery Associations (Fórum Europeu de Associações Nacionais de Enfermagem e Enfermagem Obstétrica)	19
- FNOPE – Fórum Nacional das Associações Profissionais de Enfermeiros	19
- CNO’s Network – Rede de trabalho de Assessores Ministeriais de Enfermagem	19
- WENR – Workgroup of European Nurse Researchers – Grupo de Enfermeiros Investigadores da Europa	20
- ACENDIO – Association for Common European Nursing Diagnoses, Interventions and Outcomes – Associação para Diagnósticos, Intervenções e Resultados de Enfermagem Europeus Comuns	20
4.2 Participação em projectos específicos	21
- Estudo Multinacional do Enfermeiro de Família da OMS Europa – Family Health Nurse Multinational Study – WHO Europe	21
- Projecto Rapariga Urbana – Girl Child Project	21
- Profissionais de Saúde Transpondo Fronteiras – Health Professionals Crossing Borders	22
4.3 Divulgação de informação Internacional	22
5 – COMUNICAÇÃO E IMAGEM	23
5.1 Organização e funcionamento	23
5.2 Actividades desenvolvidas	23
5.3 Participação em projectos específicos	24
5.4 Divulgação de informação	24



II – ACTIVIDADES INERENTES AO REGULAR FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS.....	25
1. GESTÃO DE MEMBROS.....	25
2. INSCRIÇÕES.....	25
3. REVALIDAÇÃO DAS CÉDULAS PROFISSIONAIS	25
4. ATRIBUIÇÃO DE TÍTULOS	25
5. EMISSÃO DE PARECERES	26
5.1 Sobre matéria interdisciplinar das especialidades em enfermagem	26
5.2 Sobre o exercício profissional e a deontologia	26
6. PROCEDIMENTO DISCIPLINAR.....	26
7. GESTÃO DOS SERVIÇOS E EXPEDIENTE	27
8. REUNIÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	28
III – ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	28
ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA	29
<i>Proveitos</i>	29
CUSTOS	30
<i>Fornecimentos e serviços externos</i>	30
<i>Comunicação</i>	31
<i>Deslocações e estadias</i>	31
<i>Trabalhos especializados</i>	31
<i>Custos financeiros</i>	31
<i>Custos extraordinários</i>	31
ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL.....	32
BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2005	
ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2005	
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS REFERENTE AO ANO DE 2005	



Cláudio Ch. H.
Leandro
Cláudio
Cláudio

SIGLAS

- AG – ASSEMBLEIA GERAL
 - AAM – AUXILIARES DE ACÇÃO MÉDICA
 - ACENDIO – Associação para Diagnósticos, Intervenções e Resultados de Enfermagem Europeus Comuns
 - ANEA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENFERMEIROS DE ANGOLA
 - APE – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ENFERMEIROS
 - BM – BIBLIOTECA MÓVEL
 - CD – CONSELHO DIRECTIVO
 - CDeont. – CÓDIGO DEONTOLÓGICO
 - CDR – CONSELHO DIRECTIVO REGIONAL
 - CE – CONSELHO DE ENFERMAGEM
 - CECG – COMPETÊNCIAS DOS ENFERMEIROS DE CUIDADOS GERAIS
 - CEEC – COMISSÃO DE ESPECIALIDADE EM ENFERMAGEM COMUNITÁRIA
 - CER – CONSELHOS DE ENFERMAGEM REGIONAIS
 - CESMP – COMISSÃO DE ESPECIALIDADE EM ENFERMAGEM DE SAÚDE MENTAL E PSIQUIÁTRICA
 - CIPE – CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRÁTICA DE ENFERMAGEM
 - CJ – CONSELHO JURISDICIONAL
 - CJR – CONSELHOS JURISDICIONAIS REGIONAIS
 - CNO – ASSESSOR MINISTERIAL DE ENFERMAGEM (DO INGLÊS, CHIEF NURSING OFFICER)
 - CNR – CONSELHO DE REPRESENTANTES NACIONAIS
 - EFN – FEDERAÇÃO EUROPEIA DAS ASSOCIAÇÕES DE ENFERMEIROS
 - EFNNMA – FÓRUM EUROPEU DE ASSOCIAÇÕES NACIONAIS DE ENFERMAGEM E ENFERMAGEM OBSTÉTRICA
 - FEPI – FEDERAÇÃO EUROPEIA DOS REGULADORES DE ENFERMAGEM
 - FNOPE – FÓRUM NACIONAL DAS ORGANIZAÇÕES PROFISSIONAIS DE ENFERMEIROS
 - GRI – GABINETE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
 - ICN – CONSELHO INTERNACIONAL DE ENFERMEIROS (INTERNATIONAL COUNCIL OF NURSING)
 - OE – ORDEM DOS ENFERMEIROS
 - PCN – PERMANENT COMMITTEE OF NURSES
 - PQ – PADRÕES DE QUALIDADE
 - REPE – REGULAMENTO DO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE ENFERMAGEM
 - ROE – REVISTA DA ORDEM DOS ENFERMEIROS
 - SEP – SINDICATO DOS ENFERMEIROS PORTUGUESES
 - SR – SECÇÃO REGIONAL
 - TAH – TÉCNICOS DE APOIO HOSPITALAR
 - WENR – GRUPO DE ENFERMEIROS INVESTIGADORES DA EUROPA
 - WHO – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE
- ou OMS



NOTA INTRODUTÓRIA

O Relatório de Actividades e Contas que o Conselho Directivo apresenta à Assembleia Geral da Ordem dos Enfermeiros é uma síntese das actividades desenvolvidas no plano nacional, ao longo do ano de 2005, segundo ano do mandato 2004 / 2007.

Deseja o Conselho Directivo que o Relatório, ora apresentado, seja um instrumento de trabalho que permita, por parte dos membros, a avaliação do trabalho desenvolvido pelos órgãos sociais tendo como base os compromissos assumidos para o mandato em geral e para o ano de 2005, em particular.

A intervenção da Ordem, no decurso do ano de 2005, pautou-se por uma postura proactiva, operacionalizando e consolidando as intervenções mais adequadas para responder às áreas prioritárias e estruturantes definidas, continuando a dar corpo ao lema que norteia este mandato: **mais perto de si**.

Dando continuidade ao plano do ano transacto, foi possível consolidar as actividades de suporte, entendidas como parte integrante e integradoras do esforço de prossecução do nosso desígnio fundamental: a promoção da qualidade dos cuidados de enfermagem aos cidadãos e do desenvolvimento, da regulamentação e do controlo do exercício da profissão.

Contudo, como facilmente se compreende, a conjuntura política não deixou de influenciar o nosso trabalho no corrente ano. Da análise realizada, conclui-se que, de uma forma mais ou menos explícita, as orientações de política global na área da saúde e da educação poderiam indiciar uma desvalorização dos cuidados de enfermagem e da participação dos enfermeiros em todos os níveis do sistema, com efectivas consequências para a qualidade dos cuidados aos cidadãos. Porém, e aliado ao maior reconhecimento formal do papel social que os enfermeiros desempenham no sistema de saúde, foi possível intervir positivamente com a reafirmação do papel de parceiro que cabe à OE, enquanto organização com funções reguladoras.

Esta preocupação na integração dos aspectos relevantes para a vida da nossa profissão conduziu-nos, estamos certos, a uma maior projecção e valorização dos cuidados de enfermagem com a consequente consolidação dos campos de intervenção dos enfermeiros.

Neste momento de avaliação de mais um ano de trabalho, cumpre-nos expressar uma certeza: o muito que foi realizado representa um esforço daqueles que se empenharam neste projecto, apesar de, quotidianamente, continuarem nos seus contextos de trabalho. É ainda pouco para o que necessitamos de realizar e construir. Acreditamos que continuaremos a encontrar a disponibilidade necessária para responder às solicitações que a responsabilidade da condição de membros dos órgãos sociais da Ordem coloca a cada uma e a cada um.

Lisboa, 22 de Fevereiro 2006



I – ACTIVIDADES INERENTES ÀS OPÇÕES DEFINIDAS NO PLANO DE ACÇÃO PARA O MANDATO

1 – EXERCÍCIO PROFISSIONAL

1.1 PROMOVER A QUALIDADE DOS CUIDADOS DE ENFERMAGEM E OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

1.1.1 Projecto “Padrões de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem e Sistemas de Informação”

No âmbito de intervenção do CE na implementação dos Padrões de Qualidade, iniciou-se este ano o projecto “Padrões de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem e Sistemas de Informação”, cuja finalidade é contribuir para a implementação e o desenvolvimento de sistemas de melhoria contínua da qualidade do exercício profissional dos enfermeiros e da qualidade dos cuidados, através da apropriação, pelos enfermeiros, dos padrões de qualidade e do envolvimento das organizações prestadoras de cuidados de saúde onde os enfermeiros desenvolvem a sua actividade profissional.

➤ Este projecto tem como objectivos:

- divulgar os padrões de qualidade dos cuidados de enfermagem definidos pela Ordem;
- promover a apropriação, pelos enfermeiros, do enquadramento conceptual e dos enunciados descritivos dos padrões;
- promover o desenvolvimento de programas de melhoria contínua da qualidade dos cuidados de enfermagem;
- definir um resumo mínimo de dados a implementar a nível nacional gerador de indicadores de qualidade sensíveis aos cuidados de enfermagem;
- apoiar a implementação de sistemas de informação baseados na CIPE.

Foram desenvolvidas actividades, das quais destacamos as indicadas de seguida.

- Constituição de um grupo coordenador, aprovada em Janeiro pelo Conselho Directivo, que integra dois membros do CE e cinco membros dos CER.
- Realização de reunião com o Instituto da Qualidade em Saúde (IQS) para divulgação dos padrões e do projecto.
- Realização de reuniões com os membros dos órgãos sociais para clarificação das propostas para o futuro e integração dos novos dirigentes nesta dimensão.
- Realização de seminários sob o lema *Dos Padrões de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem ao desenvolvimento de Programas de Melhoria Contínua*, dirigidos aos enfermeiros (um por secção regional), onde participaram no total de 672 enfermeiros.
- Realização de reuniões (uma por secção regional) com enfermeiros – directores das instituições de saúde e das escolas superiores de enfermagem, para divulgação dos padrões de qualidade, informação / clarificação do projecto a desenvolver e identificação de elementos-chave como potenciais formadores / colaboradores no acompanhamento do projecto.



- Estabelecimento de parcerias com as instituições de saúde, formalizadas através da celebração de protocolos com órgãos de gestão estratégica, para trabalho de campo nas unidades de cuidados.
- Constituição de uma bolsa de enfermeiros dinamizadores, no total de 178 enfermeiros.

➤ Adesão ao projecto

Aderiram ao projecto 67 instituições, distribuídas da seguinte forma:

	SRNorte	SRCentro	SRSul	SRRAAçores
Hospitais e Centros Hospitalares	14	7	15	3
Sub-Regiões	2	5	3	
Centro Regional de Alcoologia	1			
ESE / Saúde	2	2	4	2
Centros de Saúde				9

1.1.2 Grupos de trabalho criados no âmbito das boas práticas

Foram criados, e encontram-se em funcionamento os grupos de trabalho indicados de seguida.

Grupo de Trabalho Verificação Técnica das Unidades de Hemodiálise: Criado em Junho de 2005

Finalidade: elaboração de guia de orientação de boas práticas para os cuidados de Enfermagem nas unidades de hemodiálise.

Actividades realizadas:

- ▶ reuniões de grupo: oito;
- ▶ reuniões com outros intervenientes: Associações dos Doentes Renais, Associação Portuguesa de Enfermeiros de Diálise e Transplantação e com os enfermeiros-chefes de unidades de diálise públicas ou privadas;
- ▶ análise do *Manual de Boas Práticas* (Despacho n.º 14391/2001, II Série).

Enfermeiro na Prevenção e Controlo da Dor: Criado em Março de 2005

Finalidade: elaboração de guia de orientação de boas práticas para a intervenção do Enfermeiro na prevenção e no controlo da dor.

Actividades realizadas:

- ▶ reuniões de grupo: dezassete;
- ▶ comemoração do Dia Nacional da Dor;
- ▶ elaboração e distribuição da Escala de Avaliação da Dor;
- organização do *dossier*: (documentação técnico-científica, profissionais de referência e associações de doentes);



Handwritten signatures and initials, including 'Claudio', 'Léjo', and 'Ana Jot.'.

- organização do encontro nacional *O Enfermeiro na prevenção e controlo da Dor – Partilha de Experiências*, integrado na semana europeia de luta contra a dor.

Grupo de Trabalho Integridade Cutânea / Feridas (GTICF): Criado em Março de 2005

Finalidade: elaboração de guia de orientação de boas práticas para cuidar de pessoas com feridas ou risco de alteração da integridade cutânea.

Actividades realizadas:

- ▶ reuniões de grupo: onze;
- ▶ organização do *dossier* (documentação técnico-científica, profissionais de referência e associações);
- ▶ emissão de uma proposta de Enunciado de Posição da OE, relativamente à utilização do soluto de Dakin.

Grupo de Trabalho para Valorização dos Cuidados à Pessoa Idosa (GTVCPi): Criado em Maio de 2005

Finalidade: elaboração de guia de orientação de boas práticas para cuidar da pessoa idosa.

Actividades realizadas:

- ▶ reuniões de grupo: três;
- ▶ organização do *dossier* (documentação técnico-científica, profissionais de referência);
- ▶ participação no projecto FELICIE (Future Elderly Living Conditions in Europe: Who will care?), cujo principal objectivo é prever a evolução das necessidades de ajudas e cuidados, bem como as expectativas da população a partir dos 75 anos.

Grupo de Trabalho para desenvolvimento do Enfermeiro de Família: Criado em Maio de 2004

Finalidade: validar o modelo de organização de trabalho do Enfermeiro de Família e respectivas competências.

Actividades realizadas:

- ▶ reuniões de grupo: quatro;
- ▶ participação no projecto “Family Health Nurse Multinational Pilot Study” da OMS; tradução, envio e recolha de questionário da OMS à seguinte população: enfermeiros com formação nesta área e enfermeiros que trabalham com este método de organização de trabalho nos centros de saúde.

Grupo dinamizador do GIRL CHILD PROJECT – Mobilizando as enfermeiras para a saúde das raparigas urbanas / ICN: Criado em Maio de 2005

Finalidade: desenvolver estratégias e linhas de direcção para políticas, programas e serviços que reduzam os riscos para as jovens e que promovam o desenvolvimento sadio através de uma política pública sadia.

Actividades realizadas:

- ▶ reuniões de grupo: seis.



Grupo de Trabalho para os Cuidados de Enfermagem de Reabilitação à pessoa com Traumatismo Vértebro-Medular: Criado em Abril de 2005

Finalidade: elaboração de guia de orientação das boas práticas para os Cuidados de Enfermagem de Reabilitação à pessoa com Traumatismo Vértebro-Medular.

Actividades realizadas:

- ▶ reuniões de Grupo: dois.

1.2 PROMOVER O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL / CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

1.2.1 Definição do modelo

Tal como preconizado, este ano seria dedicado à elaboração do projecto do sistema de certificação de competências e, nesse sentido, o grupo coordenador do projecto – Conselho Directivo e Conselho de Enfermagem – continuou, no primeiro trimestre, o seu trabalho com o contributo de alguns peritos.

Esses trabalhos, aliados à evolução do processo de Bolonha, nomeadamente no que respeita à ênfase dada às questões da acreditação e avaliação de cursos, a nível nacional e internacional, e ainda a clara consciência de que, no âmbito das suas competências, cabe à OE a regulação da prática de cuidados de enfermagem e não uma intervenção directa na regulação das instituições de formação, conduziram este processo a focalizar-se claramente nos percursos de desenvolvimento profissional dos enfermeiros, enquanto percursos de aprendizagem ao longo da vida.

Deste modo, houve uma recentragem do sistema, já não em torno da acreditação de cursos, mas antes em torno do percurso de desenvolvimento do enfermeiro. Tal facto implicou o início de um estudo sobre as melhores condições de acesso a uma prática profissional autónoma, garantindo uma adequada vinculação à natureza dos cuidados de enfermagem.

Este processo exigiu novos momentos de discussão junto dos enfermeiros e no seio dos órgãos sociais. Assim, durante o ano, ao nível das diferentes regiões, foram realizadas inúmeras comunicações e discussões sobre o processo de desenvolvimento profissional e certificação de competências. O assunto foi ainda analisado em diversas reuniões do Conselho Directivo alargado, (conforme o Artigo 19, n.º 3, do nosso estatuto) e no Encontro de Órgãos Sociais, que se realizou nos dias 25 e 26 de Novembro 2005.

O debate interno produzido permitiu, em consenso, definir que o acesso ao título de enfermeiro far-se-á a partir de duas condições cumulativas: possuir curso de licenciatura em Enfermagem, ou equivalente legal, e frequentar com aproveitamento um período de actividade profissional tutelada, a regulamentar.

1.2.2 A intervenção política

A OE, em todas as suas intervenções políticas, nomeadamente junto do Ministério da Saúde e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), tem sensibilizado para este tema e para



a sua importância para a profissão, mas sobretudo para a qualidade dos cuidados prestados à população. Tem havido uma boa aceitação deste novo paradigma de desenvolvimento profissional, tendo-se iniciado já reuniões de trabalho com o Ministério da Saúde, nomeadamente com o secretário-geral do mesmo.

1.2.3 A intervenção junto dos enfermeiros

Nas múltiplas actividades desenvolvidas com os enfermeiros, quer por iniciativa da Ordem, nomeadamente a nível regional, quer por resposta a solicitações de outras organizações, esta matéria foi debatida e aprofundada.

1.2.4 A formação em enfermagem

A formação em enfermagem continuou a merecer a nossa melhor atenção, nomeadamente no que concerne ao ordenamento das ofertas formativas e às condições para o desenvolvimento dos ensinamentos clínicos. Em diversas reuniões de trabalho, com enfermeiros responsáveis por organizações prestadoras de cuidados e educativas, foram abordados estes problemas, tendo-se verificado a existência de um clima de debate e procura de soluções.

O CD e o CE continuaram a acompanhar o desenvolvimento da implementação do processo de Bolonha, no sentido de aprofundar as implicações para a profissão. Neste quadro, a OE participou na audição pública promovida pela Assembleia da República, em Junho de 2005.

Tendo a intenção de analisar, com a tutela, as questões atrás referidas, e com o início do XVII Governo Constitucional, foi solicitada uma audiência ao MCTES, que não foi concretizada em 2005.

1.2.5 Individualização das especialidades de Enfermagem

No que se refere ao eixo prioritário da **individualização das especialidades de Enfermagem**, e no sentido de elaborar uma proposta do perfil de competências clínicas e descritivo para a atribuição do título de enfermeiro especialista, tendo como elementos de reflexão o processo de Bolonha e a formação em enfermagem, foram tidas em conta as áreas de competências dos enfermeiros especialistas, a mobilidade na perspectiva europeia e a regulação indirecta da profissão pelo mercado de trabalho.

Neste sentido, foram desenvolvidas as seguintes actividades:

- realização de oito reuniões, de que resultou a elaboração de documento / síntese das reflexões efectuadas pelo grupo, configurando-se um possível cenário integrador de individualização das especialidades em Enfermagem.

1.3 PROMOVER A MELHORIA DAS CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL E RESPECTIVO CONTROLO

Nesta linha de intervenção, assumiu particular atenção a substituição de enfermeiros por outros profissionais não enfermeiros. A intervenção teve sempre por base o quadro de referência da OE para a prática de cuidados: REPE, CDeont., PQ e CECG. Com objectivos concertados, a intervenção da OE orientou-se em torno de três dimensões:



- ▶ promover o desenvolvimento de uma prática profissional baseada na autonomia, competência e responsabilidade;
- ▶ garantir o não-desenvolvimento de práticas profissionais e processos de formação susceptíveis de conduzir ao exercício ilegal da profissão;
- ▶ discutir as questões relacionadas com a estruturação curricular dos cursos de formação de AAM e TAH e o desenvolvimento da formação, nomeadamente junto dos enfermeiros que irão participar nesses cursos.

Relativamente à dimensão – “Desenvolvimento de um exercício profissional baseado na autonomia e responsabilidade – Valorização e consolidação dos campos de intervenção dos enfermeiros”, foi realizado, em Março de 2005, o *workshop Cuidados de enfermagem: valorização e consolidação dos campos de intervenção dos enfermeiros*. Esta questão passou a ser articulada com o projecto relativo aos padrões de qualidade.

No que concerne à dimensão – “Garantia do não-desenvolvimento de práticas profissionais e processos de formação susceptíveis de conduzir ao exercício ilegal da profissão”–, destaca-se:

- a constituição de um grupo de trabalho com representantes dos CD R, com a responsabilidade de identificar as prioridades de intervenção susceptíveis de serem implementadas em cada secção regional;
- a identificação dos tipos de instituições onde se intervirá prioritariamente e elaboração dos guiões para colheita de informação em visitas institucionais a lares de terceira idade, hospitais, centros de saúde, entre outros.

A construção destes guiões articulou-se com o guia metodológico do *Estudo das Condições de Trabalho dos Enfermeiros Portugueses*. Assim, estão contemplados alguns dos indicadores inseridos no guia metodológico do referido estudo. Os guiões estão organizados em três partes: informações de carácter geral; qualidade dos cuidados e condições de trabalho; percepção dos enfermeiros sobre os aspectos anteriores.

Estes guiões estão a ser testados para posterior adopção da OE. Neste âmbito, foi organizado um dossier contendo legislação e outros documentos de suporte ao tema e distribuído por cada Secção Regional.

No que concerne à dimensão – “Formação de AAM e TAH: Participação dos enfermeiros nos processos de formação” –, o grupo responsável respondeu quer por escrito quer pessoalmente a inúmeras dúvidas.

Foram recebidas notificações de várias situações de formação que parecem configurar uma apropriação indevida das intervenções do enfermeiro, tal como preconizado no REPE, Decreto-Lei n.º 161 / 96 de 4 de Setembro, artigos 4.º, 5.º e 9.º. As organizações envolvidas foram notificadas e alertadas sobre esse comportamento.

Neste âmbito, foi elaborada uma proposta de programa de formação teórico-prática para pessoal de apoio hospitalar / AAM. Está em estudo uma proposta de posição da OE sobre a organização da formação dos AAM.

A publicação do livro *Condições de Trabalho dos Enfermeiros Portugueses*, um estudo realizado pela Universidade Católica para a OE, permitiu a obtenção de um retrato da realidade das condições do exercício em Portugal, que foi bastante útil para a prossecução do trabalho evidenciado.



1.4 Desenvolver a reflexão ética

As actividades desenvolvidas visaram o desenvolvimento da reflexão ética junto dos membros e respectiva concretização foi assumida pelo Conselho Jurisdicional.

Nesta conformidade, realizaram-se:

- ▶ *VI Seminário de Ética*, em Outubro, com o contributo de várias individualidades e a participação do CE e do CD, que contou com 972 participantes;
- ▶ reedição do código deontológico, revisto e ampliado, com apresentação do livro *Código Deontológico do Enfermeiro: dos Comentários à Análise dos Casos*;
- ▶ realização de um ciclo de debates, em todas as Secções Regionais, subordinado ao tema: “*Tomada de decisão ético-deontológica em casos concretos*”, em que participaram 421 enfermeiros.

2 – MANDATO SOCIAL DA PROFISSÃO

2.1 Preparação do II Congresso da OE

Foi definido que o Congresso da Ordem dos Enfermeiros, previsto nos estatutos da OE, será realizado em Maio de 2006, nos dias 10, 11 e 12. Neste período, decorrerão, simultaneamente, a Assembleia Geral, prevista no nº 2 do artº 13º do Estatuto, e as celebrações do Dia Internacional do Enfermeiro.

O tema definido para o congresso foi “*O Enfermeiro e o Cidadão: Compromisso (d)e proximidade*”, que se desenvolverá em torno dos seguintes espaços temáticos:

- ▶ espaço de proximidade aos enfermeiros e aos cidadãos;
- ▶ espaço de visibilidade das boas práticas de cuidados e dos enfermeiros;
- ▶ espaço de debate das áreas estruturantes para o desenvolvimento da enfermagem;
- ▶ espaço de implicação / decisão sobre as áreas estruturantes para o desenvolvimento da enfermagem;
- ▶ espaço de celebração.

Definiu-se ainda a dinâmica deste congresso: sessões plenárias, organizadas em painel, que serão objecto de comentário e debate; sessões paralelas para comunicações livres; comunicações através de *posters*; e, ainda, uma mostra de cuidados que dê visibilidade a projectos e práticas de cuidados de qualidade.

Foi ainda decidido incluir neste evento um espaço dedicado aos estudantes de enfermagem, designado por “espaço estudante”.



2.2 Desenvolvimento do mandato social para com os cidadãos

Na vertente do mandato social para com os cidadãos, as actividades desenvolvidas situaram-se em torno dos dois eixos essenciais que a seguir se enunciam. A nossa intervenção visou o reforço do direito dos cidadãos a cuidados de enfermagem de qualidade e a contribuição para a melhoria do acesso à informação e ao conhecimento em matéria de saúde. Para tal, recorremos às seguintes iniciativas:

- envolvimento das associações ou individualidades relevantes da sociedade civil, nas datas significativas para a enfermagem;
- optimização dos recursos instalados na área da comunicação e imagem;
- enquadramento dos enfermeiros em todas as actividades que contribuam para o aumento da sua visibilidade (feiras, escolas, comunicação social);
- promoção das intervenções dos enfermeiros a nível do poder local e das ONG;
- realização de campanha de promoção de imagem pública, com edição de cartazes e postais, para distribuição nas instituições, relacionados com cinco efemérides:

24 de Março – Dia Mundial do Combate à Tuberculose

12 de Maio – Dia Internacional do Enfermeiro

14 de Junho – Dia Internacional da Dor

1 de Agosto – Dia Mundial do Aleitamento Materno

1 de Outubro – Dia Internacional das Pessoas Idosas

- visibilidade da intervenção dos enfermeiros

As comemorações do Dia Internacional do Enfermeiro, organizadas de forma descentralizada, permitiram realizar uma conferência com o lema “*Contra a falsificação de medicamentos, pela segurança do doente*”, em Viseu.

Nesta conferência, participaram os bastonários da Ordem dos Médicos e da Ordem dos Farmacêuticos, o presidente do INFARMED e a Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares, o que nos permitiu reflectir sobre a intervenção dos enfermeiros na segurança do doente durante o regime terapêutico.

2.3 Desenvolvimento do mandato social para com os enfermeiros

Sendo esta vertente de intervenção uma questão prioritária da responsabilidade perante os membros da OE, há a assinalar o seguinte:

- ▶ esforço acrescido de organização interna, a maioria dos processos de admissão estão a ser terminados em 30 dias;
- ▶ as Secções Regionais reforçaram os seus contactos com as instituições, e foi desenvolvida uma rede de colaboradores que deve ser ampliada;
- ▶ projecto de renovação do *site* foi desenvolvido e implementado ;
- ▶ foram editados quatro números da *ROE* e dois suplementos sobre áreas temáticas;
- ▶ deu-se início ao trabalho conducente à certificação da OE como entidade formadora e à elaboração do projecto para a criação do centro de recursos em conhecimento.



2.4 DESENVOLVIMENTO DO MANDATO SOCIAL PARA COM O PODER POLÍTICO

Ao longo do ano 2005, a intervenção da Ordem desenvolveu-se em várias vertentes que poderão ser sistematizadas nos seus aspectos formais, do modo apresentado de seguida.

2.4.1 Presidência da República

A Ordem dos Enfermeiros solicitou a audiência, tendo em vista a apresentação do convite para o II Congresso da Ordem.

2.4.2 Assembleia da República

A Ordem dos Enfermeiros solicitou a audiência a todos os grupos parlamentares, tendo sido recebida, em 2005, pelos grupos parlamentares do PCP e CDS / PP, PS e Bloco de Esquerda. Esta audiência tinha em vista a apresentação de um documento intitulado: “A governação em Saúde – Contributos da Ordem dos Enfermeiros para a melhoria do desempenho do Sistema de Saúde”.

Foi recebida pelo:

- ▶ Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda – 5 de Janeiro
- ▶ Grupo Parlamentar do PCP – 17 de Janeiro
- ▶ Grupo Parlamentar do PS – 24 de Janeiro
- ▶ Grupo Parlamentar Os Verdes – 2 de Fevereiro
- ▶ Grupo Parlamentar do CDS / PP – 3 de Fevereiro

Comissão de Educação, Ciência e Cultura:

- elaboração e envio de parecer sobre a proposta de Lei de Bases de Educação, face ao processo de Bolonha;
- participação na discussão sobre o projecto de alteração da Lei de Bases da Educação, face ao processo de Bolonha.

2.4.3 Governo

- Ministério da Saúde

A Ordem foi recebida quatro vezes pelo ministro da Saúde.

Estas audiências tiveram por tema central as iniciativas legislativas do Governo em relação à saúde.

28 de Março – Reunião com a senhora adjunta da Secretária de Estado de Saúde, onde se abordaram as reformas da saúde do actual Governo.

10 de Maio – Audiência com o Senhor Ministro da Saúde – Discussão do programa do Governo em matéria de Saúde, tendo sido entregues os seguintes documentos: cuidados de proximidade – os enfermeiros como recurso de saúde dos cidadãos; organização e gestão dos serviços de saúde – participação dos enfermeiros e sistema de informação e documentação de enfermagem – Suporte à decisão política e garantia da segurança e qualidade dos cuidados.

10 de Maio – Reunião com o Grupo Técnico para a Reforma dos Cuidados de Saúde Primários.

16 de Maio – Reunião com o Grupo Técnico para a Reforma dos Cuidados de Saúde Primários.



1 de Junho – Reunião com o ministro da Saúde e com a equipa ministerial – Anúncio das medidas de contenção propostas pelo Ministério da Saúde, tendo em vista o controlo da despesa pública.

12 de Setembro – Audiência com o Senhor Ministro da Saúde – Análise dos documentos relativos à "Reconfiguração dos cuidados de saúde primários e Novo paradigma para a saúde pública".

4 de Outubro – Audiência com o Secretário Geral do Ministério da Saúde – Avaliação de plataforma de cooperação entre a OE e a Secretaria-Geral.

6 de Dezembro – Audiência com o secretário-geral do Ministério da Saúde – Análise de situação do processo de alteração dos estatutos da OE.

20 de Dezembro – Audiência com o secretário de Estado da Saúde – Divulgação do Plano de Actividades e objectivos da Missão para os CSP;

23 de Dezembro – Audiência com o ministro da Saúde – Análise do projecto de reforma dos cuidados de saúde familiar.

Os documentos enviados ao Senhor Ministro da Saúde ou ao respectivo gabinete indicam-se de seguida.

- Parecer da OE relativo ao **Ante-Projecto de Decreto – Lei sobre comercialização de Medicamentos.**
- **Edital 388/2005** – Concurso para a apresentação de projectos de investigação na área de cuidados de saúde - A Ordem enviou um ofício ao Senhor Ministro, onde solicita a alteração dos termos do concurso publicitado. A pretensão apresentada mereceu acolhimento o que levou a republicação do edital.
- **Publicidade a cursos de formação na área da saúde** – conformidade desses cursos de formação com o bloco de legalidade vigente - ofício enviado em 08.04.05, que mereceu uma resposta por parte da Senhora Secretária de Estado Adjunta da Saúde – em 05.06.05;
- Parecer da OE relativo ao **projecto de Decreto-Lei de alterações das participações.**
- Parecer da OE relativo ao **projecto de Decreto-Lei de transformação de alguns hospitais em entidades públicas empresariais (EPE).**

- Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Solicitação de audiência, no sentido de a Ordem abordar os seguintes aspectos:

- a implementação do Processo de Bolonha e o Ensino de Enfermagem,
- a abertura de cursos de licenciatura em enfermagem,
- os cursos de pós-licenciatura de especialização em enfermagem.

- Direcção-Geral do Ensino Superior

De acordo com o pedido da DGES, foram emitidos dez pareceres sobre os planos de estudo de CPLEE:

- ▶ dois na área da enfermagem de reabilitação,
- ▶ dois na área da saúde materna e obstétrica,
- ▶ dois na área da enfermagem de saúde mental e psiquiátrica,
- ▶ um na área da saúde infantil e pediátrica,
- ▶ dois na área da saúde médico-cirúrgica,



Handwritten signatures and initials, including 'Claudio', 'Léguas', and 'Ouro Preto'.

- ▶ um na área de enfermagem comunitária.

- Ministério da Defesa Nacional

Solicitação de audiência no sentido de a Ordem apresentar as suas preocupações, relativamente ao quadro actual da enfermagem no contexto das Forças Armadas.

2.4.4 Participação em comissões / organismos previstos na lei ou por solicitação

Para além dos já nomeados no ano anterior – 23 –, o Conselho Directivo procedeu, ao longo deste ano do mandato, à nomeação dos seus representantes. São eles os que de seguida se listam.

- Comissão de Coordenação do Programa Nacional de Controlo da Asma.
- Conselho Consultivo da Escola Superior de Saúde de Faro.
- Comissão de Coordenação do Programa Nacional de Controlo á Obesidade.
- Comissão de Coordenação do Programa Nacional para a Saúde da Visão.
- Comissão de Coordenação do Programa Nacional de Prevenção e Controlo da Doença Pulmonar Obstrutiva Crónica.
- Confederação Portuguesa de Prevenção do Tabagismo (COPPT).

2.4.5 Participação em eventos realizados por enfermeiros e / ou outras entidades

A Ordem dos Enfermeiros continua a ser convidada para várias iniciativas promovidas por diferentes instituições ou entidades e realizadas em diversas localidades do continente e das regiões autónomas. Em resposta a estas solicitações, a Bastonária esteve presente, ou fez-se representar, em 173 eventos, participando com várias apresentações temáticas ou intervindo em sessões de abertura e / ou encerramento.

3 – GESTÃO CENTRALIZADA DO PATRIMÓNIO E RECURSOS

3.1 Gestão centralizada do património

Esta área deu resposta, sobretudo, à gestão e rendibilidade integradas do património e dos recursos da Ordem dos Enfermeiros. Para tal, atendendo ao trabalho desenvolvido pela Comissão Gestora do Património, procedeu-se à definição de um plano estratégico nacional de desenvolvimento que, de modo integrado e atendendo à capacidade de investimento, permitiu a implementação de soluções integradas de investimento.

Assim, durante o ano de 2005, prosseguiram as obras de melhoria no Porto, a continuação da construção do imóvel da Madeira e o início das obras de remodelação em Coimbra.

Procedeu-se, igualmente, à modernização de alguns equipamentos, bem como à definição da estrutura das aplicações informáticas de gestão de expediente e fluxos de trabalho.

Houve a preocupação de monitorizar sistematicamente os contratos de prestação de serviços existentes, no sentido de preservar sempre a melhor relação custo/efectividade.

Organização do cadastro patrimonial pertencente à Ordem dos Enfermeiros.



3.2 Gestão de recursos humanos

Durante o ano de 2005, ocorreram duas rescisões de contratos de trabalho por parte de dois funcionários, de um assessor e um consultor. Foi admitido um funcionário em substituição de um dos contratos rescindidos. Neste ano, ocorreu um absentismo por doença de 1,92%. Só houve necessidade de substituir, em trabalho extraordinário, 3% do total de horas não trabalhadas em 2005. Mantiveram-se as áreas de assessoria existentes, reforçando-se as áreas de apoio jurídico e de gestão patrimonial.

4 – RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Esta área pretende evidenciar a participação da Ordem dos Enfermeiros nas várias instâncias e instituições internacionais que desenvolvem o respectivo trabalho, tendo como finalidade a promoção da enfermagem.

A actividade desenvolvida durante o ano de 2005 teve como referenciais:

- responder adequada e atempadamente às solicitações que nos são feitas pelas estruturas internacionais que integramos,
- consolidar a estrutura e o funcionamento do Gabinete de Relações Internacionais (cujas bases foram criadas no ano transacto),
- contribuir para a divulgação e visibilidade da enfermagem portuguesa na Europa e no resto do mundo,
- recolher informação internacional útil para o desenvolvimento da profissão em Portugal.

Apenas um dos quatro grandes objectivos desta área de actividade não foi atingido. Tal como já atrás foi dito, é necessário desenhar uma outra forma de organização e funcionamento para o GRI. Os restantes objectivos foram quase completamente atingidos, e um deles foi largamente superado. Consideramos que, em 2005, a enfermagem portuguesa foi amplamente divulgada, o que contribuiu positivamente para a sua afirmação e visibilidade internacional.

Respondemos, na maioria dos casos, atempadamente às solicitações que foram feitas e foi recolhida e divulgada uma grande quantidade de informação útil para a enfermagem e para os enfermeiros portugueses.

4.1 Actividades desenvolvidas

- ICN – Conselho Internacional de Enfermeiros

A actividade promovida pelo ICN com maior significado para a OE foi, sem dúvida, a participação no 23.º Congresso Quadrienal. Foi a primeira vez que participou enquanto membro de pleno direito, razão por que merecerá destaque.

De entre as outras inúmeras actividades desenvolvidas, salientamos:

- a participação nas comemorações do Dia Internacional do Enfermeiro, subordinadas ao tema “**Medicamentos falsificados matam**” ;



- a participação, em Novembro, no **Fórum de Regulação** e no **Observatório de Regulação** do ICN. No segundo participaram a Bastonária e a Enfermeira Lucília Nunes, Presidente do CJ e, no primeiro, apenas a presidente do CJ;
- a participação na revisão do *Código de Ética do ICN* (em colaboração com o CJ);
- a participação na pesquisa sobre enfermagem de saúde mental da OMS, ***Nursing Resources for Mental Health*** (em colaboração com a CESMP);
- a apresentação de candidatura à organização da Conferência do ICN de 2011;
- a intervenção junto do Ministério da Saúde para reforçar a importância da participação de uma enfermeira na delegação oficial à Assembleia Mundial de Saúde, o que veio a acontecer;
- a participação no Grupo CIPE[®] (estrutura criada para desenvolver todas as actividades relativas à ICNP[®]/ CIPE[®] – que é propriedade do ICN – e onde participa o coordenador do GRI).

23.º Congresso Quadrienal do ICN – Taipé, de 19 a 27 Maio.

As actividades de planeamento, promoção e participação nos diferentes momentos do **23.º Congresso Quadrienal do ICN** e noutros eventos paralelos foram coordenadas pelo GRI e pela presidente da SR Norte, a Enfermeira Margarida Filipe, tendo contado com a participação de outros membros e serviços da OE em diferentes momentos do percurso.

Conselho de Representantes Nacionais

Preparação e envio de reflexão nacional sobre os temas dos *fora* e da participação nos trabalhos do CNR. A delegação da OE ao CNR foi constituída pela Bastonária e, nos termos do protocolo de constituição do FNOPE, pelas enfermeiras Marília Viterbo de Freitas (FNOPE/APE) e Guadalupe Simões (FNOPE/SEP).

A Bastonária apresentou a comunicação “**Portugal – Um novo modelo de afiliação no Conselho Internacional de Enfermeiros**”, integralmente publicada na *ROE* n.º 18.

Sétima Conferência Internacional de Regulação, 20 e 21 de Maio.

Foi apresentada, pela Presidente do CJ, a comunicação “**Auto-regulação na enfermagem: o caso português**”, em co-autoria com a Bastonária e integralmente publicada na *ROE* n.º 18.

23.º Congresso Quadrienal do ICN – Participação de delegação institucional.

Foi constituída uma delegação institucional para este efeito composta do modo de seguida descrito.

- Órgãos nacionais:
 - Bastonária, e representantes do:
 - CD – António Manuel, Coordenador do GRI;
 - CE – Laurentina Teixeira, Presidente da CEEC;
 - CJ – Lucília Nunes, Presidente do CJ.
- Órgãos regionais:
 - SR dos Açores – dois membros,
 - SR do Centro – dois membros,
 - SR do Norte – quatro membros,
 - SR do Sul – cinco membros.



Foram ainda integrados na delegação:

- a Enfermeira Isabel Peres, uma das autoras da comunicação vencedora do concurso de comunicações livres promovido pela OE;
- o Enfermeiro Paulo Vitorino, que foi apresentar o **Projecto ASA**, em representação da OE e em co-autoria com a Bastonária;
- quatro colegas que aproveitaram as condições especiais de viagem e alojamento negociadas pela OE.

Foram apresentadas as comunicações institucionais que foram integralmente publicadas na ROE n.º 18. São elas as seguintes:

- “Desenvolvimento responsável da prática profissional”, apresentada por António Manuel Silva, Laurentina Teixeira, Lucília Nunes e Mara Rocha;
- “Análise dos deveres profissionais na garantia dos direitos das pessoas”, apresentada por Lucília Nunes;
- “Certificação de competências: o percurso e o processo”, apresentada por António Manuel.

Com o propósito de garantir a presença nas apresentações cujos títulos de maior interesse diziam respeito à actividade da OE, foi feita uma escala que distribuía os membros da delegação pelas diferentes sessões. No final de cada dia, foi realizada uma reunião para reflexão, partilha de experiências e preparação do dia seguinte.

Stand institucional

Uma das estratégias concebidas para promover internacionalmente a imagem da enfermagem portuguesa e do País foi a participação na exposição paralela através de um *stand* institucional. O *stand* foi concebido pelo Gabinete de Comunicação e Imagem da OE e as operações de montagem e desmontagem foram asseguradas pelos membros da SR do Sul.

Foram concebidos diversos produtos promocionais e foi solicitada a colaboração de associações profissionais de enfermeiros, instituições onde se leccionava o curso de enfermagem e firmas e regiões de turismo nacional, no envio de materiais que foram expostos no *stand*. A recepção dos visitantes foi integralmente assegurada por membros da delegação nacional, por intermédio de uma escala rotativa conjugada com a participação nas sessões do Congresso.

Concurso de comunicações livres

Com objectivo de incentivar a participação científica dos membros no congresso, foi promovido um concurso de Comunicações Livres, cujo primeiro prémio foi o pagamento da inscrição, viagem e estadia a um dos autores da comunicação vencedora.

- EFN – Federação Europeia das Associações de Enfermeiros

Foi assegurada a participação nas duas assembleias gerais anuais. Em Março, em Copenhaga, a delegação da OE foi composta pela Bastonária, pelo delegado oficial, Enfermeiro António Manuel, e pela delegada substituta, Enfermeira Marília Viterbo de Freitas (APE/FNOPE).

Em Atenas, em Setembro, à mesma delegação juntou-se, na qualidade de observadora, a Enfermeira Alice Curado, da APE.



Handwritten signatures and initials, including 'Claudio', 'Léjo', and 'O. J. J.', along with a date '2005'.

Nesta assembleia-geral a OE apresentou a candidatura do seu delegado oficial a um lugar no Comité Executivo, não tendo este sido eleito.

Presentemente, a Ordem dos Enfermeiros integra quatro grupos de trabalho de seguida descritos.

- **Processo de Bolonha:** a actividade deste grupo é coordenada pelo delegado Belga. No âmbito dos trabalhos deste grupo, o Enfermeiro António Manuel participou, em Londres, numa reunião, em Junho, que definiu a estratégia de actuação para os próximos dois anos. Para além dos já mencionados, o grupo é composto pelos delegados das associações do Reino Unido, Espanha, Itália e Dinamarca.
- **Cuidados continuados:** aderimos a este grupo de trabalho em Março. Os trabalhos de preparação de um enunciado de posição sobre o assunto já tinham sido iniciados, mas ainda colaboramos na redacção final do documento, bem como no processo de revisão final. A versão portuguesa deste documento foi publicada no número 19 da *ROE*.
- **Segurança do doente:** aderimos a este grupo de trabalho em Setembro. Desde a nossa adesão, ainda não foi iniciada qualquer actividade.
- **Planeamento de recursos humanos:** aderimos a este grupo de trabalho em Setembro. Desde a nossa adesão, ainda não foi iniciada qualquer actividade.

Por ocasião do Dia Internacional do Enfermeiro, foi traduzida e divulgada a carta que a presidente e o secretário-geral da EFN endereçaram ao Comissário Europeu dos Assuntos Sociais, abordando a questão das lesões provocadas aos enfermeiros por objectos cortantes e perfurantes.

- EFNMA – European Forum of National Nursing and Midwifery Associations (Fórum Europeu de Associações Nacionais de Enfermagem e Enfermagem Obstétrica)

A Bastonária participou, em Março, no encontro anual em Copenhaga. Neste encontro foram debatidas questões relacionadas com a saúde mental e foi aprovada uma declaração intitulada *Saúde Materna, Infantil e do Adolescente com destaque para a Obesidade*.

- FNOPE – Fórum Nacional das Associações Profissionais de Enfermeiros

O GRI coordenou a actividade regular do FNOPE, promovendo a realização de seis reuniões, disseminando, divulgando e recolhendo informação entre os seus membros.

- CNO's Network – Rede de trabalho de Assessores Ministeriais de Enfermagem

Em todo o mundo e, também, num grande número de países europeus existe o cargo de **Chief Nursing Officer**. As responsabilidades da pessoa que o ocupa, e que é habitualmente um enfermeiro, diferem muito de um país para outro. Umhas vezes correspondem a um cargo na orgânica do Governo e noutras é apenas mais uma tarefa de um funcionário dos serviços centrais. Contudo, e independentemente das circunstâncias em que é exercido, há uma série de aspectos comuns que os interligam, sendo que o mais relevante é a que a actividade que desenvolvem influencia a enfermagem – em todas as suas vertentes – a nível governamental. Daí termos optado “assessores ministeriais de enfermagem” como tradução de CNO.



Com o propósito de criar sinergias e tirar partido da troca de experiências, foi constituída uma rede informal de CNO europeus, que se reúne geralmente uma vez por ano, ou quando as circunstâncias o proporcionam.

Prosseguindo a actividade iniciada em 2004 com esta rede de trabalho informal, o Enfermeiro António Manuel participou, em Setembro, na reunião promovida no âmbito da Presidência do Reino Unido da União Europeia, que decorreu em Londres. Os temas centrais desta reunião foram a eventual formalização da rede informal de CNO e a regulação da profissão.

Em Dezembro, o Enfermeiro António Manuel participou no Nono Encontro da Rede de Assesores Ministeriais de Enfermagem da OMS Região Europa. Os temas centrais deste encontro foram:

- a divulgação dos resultados de um estudo sobre a formação básica em enfermagem na Região Europa da OMS,
- a discussão sobre a possibilidade de adopção de um padrão para a formação básica em enfermagem nos países que compõem a Região Europa da OMS,
- a divulgação dos resultados de um estudo realizado para avaliar a implementação da Declaração de Munique nos países da Região Europa da OMS,
- a divulgação de informação actualizada sobre o impacte do HIV/SIDA nos países da Região Europa da OMS,
- a discussão sobre as perspectivas de desenvolvimento do papel de CNO e de reforço da rede informal de CNO da Região Europa da OMS.

Nesta reunião, foi constituído um grupo de trabalho para aprofundamento do trabalho realizado sobre formação em enfermagem que a OE integra, e onde é representada pelo Enfermeiro António Manuel. Do grupo, que é coordenado pela Enfermeira Valerie Fleming, uma das autoras do primeiro estudo, fazem parte o Reino Unido, a Geórgia e a Bielorrússia.

- WENR – Workgroup of European Nurse Researchers – Grupo de Enfermeiros Investigadores da Europa

A Enfermeira Marta Lima Basto, representante da OE neste grupo, participou na reunião anual, em Dublin. Esta reunião foi a primeira de uma nova fase na vida do grupo, pois espera-se que com a introdução do pagamento de quotização seja possível dar outra visibilidade à sua actividade e estruturá-la de forma mais sólida. Foi feito o planeamento das próximas actividades e identificadas algumas áreas de eventual trabalho em parceria.

- ACENDIO – Association for Common European Nursing Diagnoses, Interventions and Outcomes – Associação para Diagnósticos, Intervenções e Resultados de Enfermagem Europeus Comuns

A OE decidiu filiar-se nesta organização europeia com o propósito de acompanhar os trabalhos que a mesma desenvolve.



Handwritten signatures and initials, including 'Claudio', 'Lisete', and 'GRI'.

4.2 Participação em projectos específicos

- Biblioteca Móvel – Mobile Library

Foi concretizada a adesão da OE ao projecto Mobile Library do ICN. Nos termos do protocolo de adesão, a OE compromete-se liderar um projecto semelhante em língua portuguesa, para distribuição nos países lusófonos em desenvolvimento. O projecto Biblioteca Móvel é coordenado pela Enfermeira Isabel Soares e desenvolvido com a colaboração da Enfermeira Lisete Fradique Ribeiro e do GRI.

Foram feitos os contactos preliminares com as associações nacionais de enfermeiros dos países que já são membros do ICN e também dos restantes, tendo o projecto sido muito bem acolhido. Na tentativa de encontrar parceiro para o projecto, têm sido estabelecidos contactos com inúmeras instituições e inúmeros organismos. Até ao momento, foi já garantida a participação da Lusodidacta, e foi obtido o compromisso de participação da Direcção-Geral de Saúde.

Com o objectivo de recolher mais informação e aprofundar as relações interinstitucionais, o Enfermeiro Jacinto Oliveira, vice-presidente da OE, e a Enfermeira Isabel Soares participaram do Congresso da ANEA que se realizou em Setembro, em Luanda.

Em Outubro, recebemos em visita de trabalho a responsável do projecto no ICN, Linda Carrier-Walker. Neste momento, já foi definida e aprovada pelo ICN, a constituição da BM tipo em português, e estão em curso as restantes diligências para a sua concretização. Espera-se poder apresentar a primeira BM no Segundo Congresso da OE, em Maio de 2006.

- Estudo Multinacional do Enfermeiro de Família da OMS Europa – Family Health Nurse Multinational Study – WHO Europe

Na sequência de algumas diligências, o GRI conseguiu garantir a participação de uma delegação da OE no 4.º Encontro do Estudo Multinacional do Enfermeiro de Família da OMS Europa, que se realizou em Glasgow. Os enfermeiros António Manuel e Laurentina Teixeira participaram, pois, no encontro, e a participação de Portugal na última fase deste estudo foi assegurada.

O GRI colaborou com a CEEC no processo de recolha de informação, da sua tradução e no seu envio para as investigadoras do projecto. Condicionamentos de ordem diversa obrigaram a que a recolha de informação se circunscrevesse apenas a duas localidades da região norte do País. Foi já assegurada a participação de uma delegação da OE no encontro final do projecto que se realiza em Fevereiro, em Berlim.

- Projecto Rapariga Urbana – Girl Child Project

O coordenador do GRI assegurou a participação de Portugal no encontro do projecto realizado em Taipé, por ocasião do 23.º Congresso do ICN. Este encontro tinha como principal objectivo a divulgação dos estudos já concluídos e a apresentação dos que se estavam a iniciar. Deste modo, foi feita, sumariamente, a descrição do projecto nacional e recolhida informação que foi transmitida à Enfermeira Madalena Ramos, coordenadora nacional do Projecto Rapariga Urbana.



Handwritten signatures and initials, including 'Claudio', 'Luis', and 'Dr. Jot.'.

Apesar de não ter sido possível participar em nenhuma das reuniões do grupo do projecto, a colaboração tem sido efectiva e foi assegurada a tradução para português do relatório final do estudo realizado pela associação sueca.

- Profissionais de Saúde Transpondo Fronteiras – Health Professionals Crossing Borders

Em Outubro, o Enfermeiro António Manuel e o Dr. Nuno Lampreia, assessor da OE para as questões de direito comunitário, participaram na Conferência de Consenso – Profissionais de Saúde Transpondo Fronteiras¹, que decorreu em Edimburgo.

Este evento foi promovido pelo Reino Unido no âmbito da sua presidência da Comunidade Europeia e teve como finalidade concluir os trabalhos iniciados durante a presidência Holandesa, em 2004. Nesta altura, foi realizada a conferência Health Professionals Crossing Borders, que tinha em vista a criação de dispositivos comuns para o controlo das condições para o exercício profissional, nos vários países decorrentes da Directiva Europeia sobre o Mercado Interno e a Livre Circulação, onde também estiveram ambos presentes.

A delegação portuguesa na conferência de Edimburgo contou, para além dos delegados da OE, com a participação da Dr.ª Ana Diniz Couto da Direcção-Geral de Saúde e com a representante da Ordem dos Farmacêuticos, Dr.ª Ivana Silva. O principal objectivo desta conferência foi a conclusão dos trabalhos iniciados e a redacção de um acordo final nesta matéria. O acordo final alcançado deve ser encarado como recomendação de boa prática a adoptar pelas entidades competentes de cada estado membro.

4.3 Divulgação de informação Internacional

- Revista da Ordem dos Enfermeiros: foi assegurada a colaboração em todos os números editados em 2005, tendo sido publicados nove artigos da responsabilidade do GRI e editado um número (com 80 páginas) inteiramente dedicado às diferentes actividades realizadas em Maio, em Taipé.
- Correio electrónico: por este meio, foi regularmente divulgada informação internacional aos presidentes dos OS, aos grupos com interesse internacional e a alguns membros.
- Site: foi criada uma secção no site para a divulgação da OE em língua inglesa, mas que ainda não foi possível dinamizar.
- Gabinete de Comunicação e Imagem: sempre que considerado relevante, foi fornecida informação internacional ao GCI para que a utilizasse da forma entendida por conveniente.
- Tradução de documentos: para garantir o acesso da totalidade dos membros a informação que é considerada relevante, foi encetada uma política de tradução regular de documentos.

¹ O título escolhido aproveita inteligentemente os significados de “crossing” e de “border” e a sua conjugação. Assim, refere-se simultaneamente a profissionais que atravessam as fronteiras físicas dos estados membro e violam as regras de conduta deontológica, ética e mesmo legal.



5 – COMUNICAÇÃO E IMAGEM

5.1 Organização e funcionamento

A actividade prevista para o ano de 2005 tinha como referenciais:

- a campanha de promoção da imagem pública dos cuidados de enfermagem;
- a optimização dos recursos instalados na área da comunicação e imagem;
- a criação do Prémio *Média*;
- estudo da criação de um veículo de informação/comunicação com os cidadãos;
- a apresentação do novo sítio na Internet;
- a renovação da imagem gráfica e publicação regular da revista da OE.

5.2 Actividades desenvolvidas

- Campanha de promoção de imagem

Foram diversas as razões por que consideramos que esta campanha não teve sucesso. A principal foi a não-existência da necessária articulação entre os diversos intervenientes na fase de concepção. Por exemplo, quando se pretendeu envolver o maior número possível de intervenientes na determinação da mensagem transmitir, o grande lapso de tempo que transcorreu entre a solicitação dos contributos e a resposta ou não resposta foi fatal para o primeiro objectivo. Esta experiência permitiu a constatação de diversos aspectos que não poderão ser repetidos caso seja decidido realizar nova campanha de promoção de imagem.

Foram concretizados:

- os cartazes e destacáveis comemorativos do Dia Internacional do Enfermeiro;
- os cartazes e postais comemorativos do Dia Internacional das Pessoas Idosas;
- os cartazes, folhetos e pacotes de açúcar comemorativos da Semana Mundial da Amamentação;
- os cartazes e autocolantes do VI Seminário de Ética – Final de Vida;
- os cartazes e a régua comemorativos do Enfermeiro na Prevenção e Controlo da Dor;
- a elaboração da Imagem do II Congresso da OE – 10,11 e 12 de Maio;
- a elaboração da maquete do cartaz comemorativo do Dia Mundial da Diabetes – cancelado pelo CD;
- a elaboração do postal de natal 2005 em português e inglês.

- Criação do Prémio *Média*

Não foi possível concretizar este projecto por falta de tempo útil.

- Estudo da criação de um veículo de comunicação / informação com os cidadãos

Não houve disponibilidade para prosseguir com o estudo desta ideia.



Handwritten signatures and initials, including 'Claudio', 'Luis', and 'Ana Jot.'.

- Apresentação do novo sítio na Internet

No Dia Internacional do Enfermeiro foi divulgado o novo sítio da OE, tendo tido óptima recepção por parte dos internautas e dos membros em particular. A sua estrutura não é muito diferente, mas por razões de índole diversa algumas das inovações criadas ainda não estão em funcionamento e outras já foram canceladas. Por exemplo, ainda não foi possível iniciar a distribuição regular de uma *newsletter*, e os fóruns de discussão sem moderação foram abandonados, por força da má utilização que lhes estava a ser dada.

- Revista da Ordem dos Enfermeiros

Foi promovido um concurso de ideias para a renovação da imagem gráfica da ROE, a que responderam apenas duas entidades. A nova imagem foi escolhida e o primeiro número da nova fase foi editado em Julho, tendo tido boa recepção por parte dos membros.

Foram publicados quatro números da ROE em 2005, sendo que em todos eles foi excedido o número de páginas previsto – as quarenta e oito. Um dos números foi integralmente dedicado ao relato das actividades da delegação oficial da OE ao 23.º Congresso do ICN.

5.3 Participação em projectos específicos

- 23.º Congresso Quadrienal do ICN

O GCI esteve activamente envolvido na preparação de diversos aspectos logísticos necessário à concretização desta actividade. Nomeadamente na concepção e no acompanhamento da montagem da estrutura física do *stand* de exposição, na produção de folheto de divulgação da OE em três línguas estrangeiras (inglês, francês e espanhol) e na produção de material promocional diverso, tal como: molas; *pins*; apresentação em *power point*; calendários e folhetos da viagem a Taipé.

- Comemorações do Dia Internacional do Enfermeiro

A comemoração do Dia Internacional do Enfermeiro foi realizada num conjunto de actividades centradas no tema proposto pelo ICN "As falsificações matam. Os enfermeiros contra os medicamentos falsificados e de baixa qualidade", dinamizando um conjunto de acções, a nível nacional e regional, subordinando a temática à importância de reflectir sobre a intervenção dos enfermeiros na segurança do doente durante o regime terapêutico.

A iniciativa nacional teve lugar na cidade de Viseu, com o lema "**Contra a falsificação de medicamentos, pela segurança do doente**" com a participação do Bastonário da Ordem dos Médicos, Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos, o Presidente da APIFARMA, o Presidente da Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares e ainda a Bastonária da Ordem dos Enfermeiros.

No final, foi lançado a nova edição do *Código Deontológico do Enfermeiro*.

5.4 Divulgação de informação

- Resenha de imprensa diária

Foi mantido o contrato com a empresa Memorandum para fornecimento de uma resenha de imprensa sobre assuntos de saúde, nos dias úteis. A partir dessa resenha, o GCI disponibilizou, pela primeira vez, também nos dias úteis, no sítio da OE, e por correio electrónico para os membros que manifestaram esse desejo, o resumo das notícias consideradas mais relevantes.



Cláudio *Ch.H.* *Qu. Jot.*
Lejo *Seu* *WJ* *af* *im*

II – ACTIVIDADES INERENTES AO REGULAR FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS

1. GESTÃO DE MEMBROS

O serviço de apoio à gestão de membros recebeu e deu resposta aos seguintes pedidos:

Cancelamento	Suspensão	Alt. morada	Informação	Revalidação Céd. Prof.	Averbamento	2.ª Via Cédula Prof.	Alt. nome	Transf. Processo	Actualização dados	Reactivação	Total
303	648	931	333	1649	219	359	138	167	108	55	4910

Só na sede e para efeito de pagamento de quotização, houve um elevado movimento de cheques e vales postais, com um acréscimo substancial nos meses de Junho, Novembro e Dezembro, atingindo o total de 2876 movimentos.

2. INSCRIÇÕES

No ano de 2005, foram admitidos 3319 membros em relação ao ano anterior, registando-se um aumento do número de enfermeiros admitidos (mais 644).

Durante o ano de 2005, foram recusados seis dos pedidos de inscrição na Ordem, com base na falta de habilitações legais para o exercício da profissão, e foram arquivados sete processos.

Releve-se que a 31 de Dezembro a Ordem dos Enfermeiros regista 48 116 enfermeiros activos.

3. REVALIDAÇÃO DAS CÉDULAS PROFISSIONAIS

No cumprimento do regulamento aprovado em Assembleia Geral, foi efectuada, no final de 2005, a revalidação automática das cédulas profissionais aos membros com a situação de quotas regularizada a 31 de Dezembro. Assim, a elevada percentagem de enfermeiros com situação de quotas regularizadas deixa transparecer o envolvimento dos enfermeiros com a sua Ordem.

4. ATRIBUIÇÃO DE TÍTULOS

Para além da atribuição de 3089 títulos de enfermeiro, foram atribuídos pelo Conselho de Enfermagem 223 títulos profissionais de enfermeiro especialista conforme quadro:

Título	AÇORES	CENTRO	MADEIRA	NORTE	SUL	Total
ENFERMEIRO	91	695	79	1080	1144	3089
ESP. ENF. DE S. M. E OBSTÉTRICA (EXCLUSIVAMENTE)	0	1	0	0	2	3
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM DE REABILITAÇÃO	0	6	18	4	0	28
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM DE S. I. E PEDIÁTRICA	0	0	0	2	2	4
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM DE S. M. E OBSTÉTRICA	1	11	1	99	52	164
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM MÉDICO-CIRÚRGICA	1	1	0	4	0	6
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM COMUNITÁRIA	0	0	1	3	5	9
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM S. M. E PSIQUIÁTRICA	1	5	0	1	2	9
Total	94	719	99	1193	1207	3312



Saliente-se que na análise de processos para inscrição e / ou elaborar proposta de atribuição de título de enfermeiro de cuidados gerais do total de (3089), seis foram não admissões.

Foram efectuadas 21 avaliações curriculares.

Salienta-se ainda que dos 516 processos analisados na sede, 338 foram de maior complexidade.

5. EMISSÃO DE PARECERES

5.1 SOBRE MATÉRIA INTERDISCIPLINAR DAS ESPECIALIDADES EM ENFERMAGEM

O Conselho de Enfermagem emitiu 53 pareceres sobre diferentes questões relacionadas com a competência e autonomia profissional dos enfermeiros.

De acordo com os pedidos da Direcção-Geral do Ensino Superior, foram emitidos dez pareceres sobre os planos de estudos de curso de pós-licenciatura de especialização em enfermagem.

5.2 SOBRE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL E A DEONTOLOGIA

O Conselho Jurisdicional emitiu 41 pareceres, oito dos quais sobre incompatibilidades com o exercício da profissão, um sobre condições do exercício para a prestação de cuidados, cinco sobre prática de cuidados a clientes em contexto, um sobre questões ético-deontológicas ligadas à imagem dos profissionais / da profissão, 18 sobre aspectos legais e deontológicos da actividade profissional, três sobre participação de estudantes de enfermagem, dois sobre medicinas não convencionais, dois sobre a Revista e Congresso da OE e ainda um sobre formação.

Foram ainda dados pareceres sobre:

- ▶ o questionário enviado pelo United Kingdom's Department of Health – Healthcare Professional Crossing Borders;
- ▶ a alteração ao Regulamento Interno da Comissão de Saúde Materna e Obstétrica;
- ▶ o Projecto de Recomendação n.º 01/ERS/05 sobre "Colheita e conservação de células estaminais do sangue do cordão umbilical de recém-nascidos.

6. PROCEDIMENTO DISCIPLINAR

Durante o ano de 2005, deram entrada no Conselho Jurisdicional 280 novos processos disciplinares:

- ▶ nove processos disciplinares têm como objecto alegadas violações das *legis artis*,
- ▶ 271 processos disciplinares têm como objecto a violação do dever de pagamento de quotização previsto na alínea m), do número 1, do Artigo 76, do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros.

Foram arquivados 128 processos, sancionados oito com censura e 24 com censura com suspensão de pena. Transitaram 111 para o ano de 2006.



Transitaram de 2004 12 processos para a atribuição da qualidade de membros honorários, dos quais foram concluídos seis e foi aberto e concluído, durante o ano 2005, um processo para a atribuição da qualidade de membro honorário.

Atribuição da qualidade de membro honorário à **Associação Portuguesa de Enfermeiros de Diálise e Transplantação (APEDT)**, sob proposta do Conselho Directivo. Processo AQMH n.º 9, Acórdão n.º 27/2005.

Atribuição da qualidade de membro honorário à **Associação para o Desenvolvimento da Enfermagem no Norte Alentejano (ADNA)** sob proposta do Conselho Directivo. Processo AQMH n.º 6, Acórdão n.º 28/2005.

Atribuição da qualidade de membro honorário ao **Sindicato dos Enfermeiros da Região Autónoma da Madeira (SERAM)**, sob proposta do Conselho Directivo. Processo de AQMH n.º 4, Acórdão n.º 30/2005.

Atribuição da qualidade de membro honorário à **Associação Portuguesa dos Enfermeiros Obstetras** sob Proposta do Conselho Directivo. Processo de AQMH n.º 10/2004, Acórdão n.º 36/2005.

Atribuição da qualidade de membro honorário à **Associação de Enfermeiros de Sala de Operações Portugueses**. Processo AQMH n.º 5/2004, Acórdão n.º 39/2005.

Atribuição da qualidade de membro honorário à **Associação Católica dos Enfermeiros e Profissionais de Saúde** sob Proposta do Conselho Directivo. Processo de AQMH n.º 2/2004, Acórdão 52/2005.

Atribuição da qualidade de membro honorário à Sr.ª Enfermeira **Maria Eduarda dos Santos Cordeiro Lalanda Gonçalves** sob Proposta do Conselho Directivo. Processo de AQMH n.º 1/2005. Acórdão n.º 56/2005.

Encontram-se em instrução seis processos de atribuição da qualidade de membro honorário e um processo de reconhecimento de mérito.

7. GESTÃO DOS SERVIÇOS E EXPEDIENTE

Tal como em anos anteriores, o envio de correspondência para os membros da Ordem continua a ser uma fatia muito significativa do volume de trabalho acometido ao sector administrativo. Fazem parte desta correspondência, entre outros documentos, as facturas relativas ao pagamento de quotas (**2004** – 437 914; **2005** – 454 812); as apólices do seguro de responsabilidade civil profissional (**2004** – 43 179; **2005** – 45 762), as vinhetas de revalidação das cédulas profissionais (**2004** – 32811; **2005** – 41 600), emissão de cédulas profissionais (**2004** – 2624; **2005** – 6 585).

Foi mantida a preocupação na minimização dos custos, assegurando, por exemplo, que a informação pertinente a disponibilizar a todos os membros fosse enviada juntamente com a facturação.



De referir que ainda se mantém uma procura dos serviços da sede central, havendo a preocupação em dar uma resposta às solicitações, procedendo-se, posteriormente, em alguns casos, ao encaminhamento das situações para as respectivas secções regionais.

Em termos globais, deram entrada na sede nacional 10 522 documentos diversos, o que traduz uma redução de 9,2 % relativamente ao ano anterior. Em relação aos documentos expedidos, registou-se um acréscimo de 3,4% em comparação com o ano anterior (de 9826 para 10162).

8. REUNIÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Todos os órgãos nacionais funcionaram regularmente reunindo de acordo com o estipulado no estatuto e nos respectivos regulamentos internos.

- Reuniões dos órgãos sociais

Ao longo do ano, o Conselho Directivo reuniu ordinariamente por 24 vezes, realizando ainda mais sete reuniões extraordinárias. O Conselho Directivo promoveu ainda um encontro nacional dos órgãos sociais no mês de Novembro, em Vieira de Leiria, com a finalidade de recolher todos os contributos necessários à definição do trabalho a desenvolver, promover a formação dos novos órgãos sociais e o aprofundar as orientações para a intervenção da OE.

O Conselho Jurisdicional agendou as reuniões necessárias para o planeamento e para a avaliação das actividades de formação e encontros de reflexão, promovidos por este órgão, e para a decisão final em processos disciplinares. Como as necessidades ultrapassaram as expectativas, foram realizadas 13 reuniões plenárias, duas delas extraordinárias, catorze reuniões da primeira secção e 12 reuniões da segunda secção.

O Conselho de Enfermagem reuniu 26 vezes (seis das quais extraordinariamente). Promoveu dois encontros entre o CE e os presidentes dos conselhos de enfermagem regionais, com o objectivo de coordenar e programar a actividade a desenvolver de acordo com as prioridades definidas.

O Conselho Fiscal reuniu nove vezes para proceder à análise das actas do Conselho Directivo e das contas da Ordem.

A Mesa da Assembleia Geral dirigiu os trabalhos da Assembleia Geral, realizada em Março em Lisboa, tendo, para efeitos da sua preparação, reunido antecipadamente.

III – ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Ao encerrar as contas relativas ao Exercício de 2005, podemos afirmar que estas espelham de forma transparente e credível a nossa situação financeira e os resultados da nossa actividade, pelo que é nosso propósito continuar a assegurar aos membros a continuidade e consistência dos correspondentes Relatórios de Gestão e Contas, garantindo, deste modo, a fiabilidade das mesmas.



ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

O Resultado Líquido do Exercício de 2005 cifrou-se em € 312 671,70, num ano em que se procurou dar cumprimento ao plano de actividades e ao estabelecido em termos de orçamento.

PROVEITOS

O valor da quotização emitida é contabilizado pela totalidade na Sede Nacional sendo posteriormente feita a sua distribuição pelas secções regionais, na mesma percentagem que se aplica aos recebimentos, no sentido da manutenção de uniformização de critérios.

A execução orçamental das principais rubricas de proveitos pode ser analisada a seguir.

€

Proveitos associativos (Quotizações)	Valor da facturação	Percentagens das secções regionais	Valor líquido para a Sede Nacional
Secção Regional Açores (*)	114 212,12	159 778,64	-45 566,52
Secção Regional Centro	917 900,72	275 370,20	642 530,52
Secção Regional Madeira (**)	144 925,00	127 154,17	17 770,83
Secção Regional Norte	1 253 782,64	376 134,78	877 647,86
Secção Regional Sul	1 753 012,80	525 903,84	1 227 108,96
TOTAL	4 183 833,28	1 464 341,63	2 719 491,65

(*) A percentagem para a Secção Regional incorpora 3% da facturação global.

(**) A percentagem para a Secção Regional incorpora 2% da facturação global.

€

Proveitos	Total realizado bruto – 2005	Valor realizado líquido (*) – 2005	Valor orçamentado líquido – 2005
Proveitos associativos			
Quotizações	4 183 833,28	(*) 2 719 491,65	2 682 890,50
Emolumentos	31 550,66	31 550,66	40 000,00
Proveitos suplementares	25 749,69	25 749,69	15 000,00
Subsídios	2 970,82	2 970,82	0,00
Outros proveitos operacionais	19 292,72	19 292,72	2 500,00
Proveitos financeiros	71 470,69	71 470,69	60 000,00
Proveitos extraordinários	5 198,26	5 198,26	7 500,00
TOTAL	4 340 066,12	2 875 724,49	2 807 890,50

(*) Após distribuição da percentagem de quotização por secções regionais, no montante de € 1 464 341,63.

O total realizado bruto diz respeito ao total de **proveitos associativos** correspondente à facturação mensal emitida. Após distribuição da percentagem de proveitos por cada Secção Regional, processa-se a correspondente contrapartida na conta de custos “outros custos



operacionais” pelo mesmo montante, resultando o valor realizado líquido – proveitos associativos, correspondentes à percentagem da facturação alocada à Sede Nacional.

Os **proveitos suplementares** são constituídos fundamentalmente pela venda de publicações, material de divulgação e inscrições em eventos. São aqui reflectidos, também, os emolumentos das inscrições de membros não aceites na Ordem.

Os **subsídios** são relativos a um estágio profissional do IEFP que decorreu durante todo o ano.

Os **outros proveitos operacionais** são constituídos pelos reembolsos das quotizações do ICN e *mailing* no âmbito do protocolo com o Barclays Bank.

Os **proveitos financeiros** são provenientes de juros bancários dos depósitos à ordem e a prazo.

Os **proveitos extraordinários** referem-se a pequenas correcções efectuadas a exercícios anteriores e proveitos provenientes de reembolsos de despesas.

Os custos do exercício totalizaram € 4 027 394,42, conforme o quadro seguinte:

Custos	Orçamentado	Realizado	Varição
Fornecimentos e serviços externos	1 987 645,04	1 845 863,22	-7,1%
Impostos	12 500,00	12 367,18	-1,1%
Custos com o pessoal	335 454,41	301 646,37	-10,1%
Percentagem quotização emitida (secções regionais)	1 444 633,34	1 464 341,63	1,4%
Outros custos e perdas operacionais	135 000,00	158 079,71	17,1%
Amortizações	130 000,00	96 273,41	-26,0%
Custos e perdas financeiras	100 000,00	86 622,48	-13,4%
Custos e perdas extraordinárias	15 000,00	62 200,42	314,7%
TOTAL	4 160 232,79	4 027 394,42	-3,2%

€

CUSTOS

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (FSE) é aquela cuja natureza atinge maior expressão na estrutura de custos, por reflectir na mesma todas as actividades do Plano.

As principais contribuições dos FSE foram as que de seguida se apresentam.



Cláudio *Ch.H.* *Qu. Jot.*
Lejo *Ste* *W* *af* *ime*

€	
Fornecimentos e serviços externos	2005
Comunicação	415 960,87
Seguros	314 608,07
Deslocações e estadias	312 634,73
Trabalhos especializados	369 338,16

A execução apresentada merece os comentários que de seguida se listam.

COMUNICAÇÃO

O montante afecto representa 92% com os correios para informação aos membros.

DESLOCAÇÕES E ESTADIAS

Rubrica onde ocorrem as despesas com as actividades dos órgãos sociais nacionais, grupos de trabalho, comissões e outras actividades para cumprimento do Plano de Actividades Nacional.

TRABALHOS ESPECIALIZADOS

Nesta rubrica assume especial importância os trabalhos de tipografia, de envelopagem e de trabalhos gráficos com a revista, todo o apoio especializado e manutenção logística e os trabalhos especializados relativos às cédulas profissionais.

CUSTOS FINANCEIROS

O montante desta rubrica deve-se aos custos da SIBS referentes aos pagamentos das quotizações pelo multibanco, assumidos na sua totalidade pela Sede Nacional.

CUSTOS EXTRAORDINÁRIOS

Os custos extraordinários resultam da contabilização de facturas entradas no próprio ano referentes a despesas do ano anterior. Apesar da sensibilização de todos para que este valor seja cada vez mais residual, ocorrem factores circunstanciais que nem sempre o viabilizam, que ocasionaram a sua contabilização já em 2005.



ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Pode verificar-se o nível de investimentos com base no seguinte mapa:

Imobilizações	Orcamentado	Realizado	Varição
Imobilizações corpóreas			
Edifícios e outras construções	240 000,00	0,00	
Equipamento administrativo	25 000,00	5344,49	-78,6%
Equipamento informático	65 000,00	14 728,18	-77,3%
Outras imobilizações corpóreas	10 000,00	7205,08	-28,0%
Imobilizações Incorpóreas (*)		35 824,20	
Total	340 000,00	63 101,95	-81,4%

(*) Renovação do Site Internet

Tendo em conta o Artigo 96 do Estatuto o Fundo de Reserva totaliza € 920 162,62 o qual será reforçado de acordo com o resultado do exercício em € 62 534,34.

O Fundo de Solidariedade, constituído durante o ano de 2003 totaliza € 250 000,00. O Saldo disponível de Tesouraria é de € 1 829 643,01.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 2006

O Conselho Directivo



Cláudio Ch. A. *Dr. Jot.*
Lejo *Her* *MP* *af* *sm*

BALANÇO
E
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
DO EXERCÍCIO DE 2005



Cláudia Ch. A. O. J. C.
Luís J. C. M. P.

SEDE NACIONAL

BALANÇO ACTIVO

Exercício: 2005

Mês: FINAL

CODIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCICIOS			
		2005			ANTERIOR
		AB	AP	AL	AL
	IMOBILIZADO:				
	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:				
431	Despesas de instalação.....				
432	Despesas de investigação e desenvolvimento....	35 824.20	21 559.08	14 265.12	0.00
433	Propriedade industrial e outros direitos.....				
434	Trespases.....				
441/6	Imobilizações em curso.....				
449	Adiantamentos por conta de imo. incorporeas...				
	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:	35 824.20	21 559.08	14 265.12	0.00
421	Terrenos e recursos naturais.....	365 588.30		365 588.30	365 588.30
422	Edifícios e outras construções.....	1 098 082.25	91 428.88	1 006 653.37	1 028 852.13
423	Equipamento básico.....	31 202.44	29 062.24	2 140.20	6 035.90
424	Equipamento de transporte.....				
425	Ferramentas e utensílios.....				
426	Equipamento administrativo.....	579 803.25	494 219.30	85 583.95	125 194.17
427	Taras e vasilhames.....				
429	Outras imobilizações corpóreas.....	56 812.50	30 154.49	26 658.01	27 911.11
441/6	Imobilizações em curso.....			0.00	6 521.20
448	Adiantamentos por conta de imo. corporeas....				
		2 131 488.74	644 864.91	1 486 623.83	1 560 102.81
	INVESTIMENTOS FINANCEIROS:				
4111	Partes de capital em empresas do grupo.....				
4121+4131	Empréstimos a empresas do grupo.....				
4112	Partes de capital em empresas associadas.....				
4122+4132	Empréstimos a empresas associadas.....				
4113+414+415	Títulos e outras aplicações financeiras.....				
4123+4133	Outros empréstimos concedidos.....				
441/6	Imobilizações em curso.....				
447	Adiantamentos por conta de invest. financeiros				
		0.00	0.00	0.00	0.00
	TOTAL ACTIVO IMOBILIZADO	2 167 312.94	666 423.99	1 500 888.95	1 560 102.81

SEDE NACIONAL

BALANÇO ACTIVO

Exercício: 2005

Mês: FINAL

CODIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCICIOS			
		2005			ANTERIOR
		AB	AP	AL	AL
	CIRCULANTE: EXISTÊNCIAS:				
36	Materias primas subsidiarias e de consumo.....				
35	Produtos e trabalhos em curso.....				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos.				
33	Produtos acabados e intermedios.....				
32	Mercadorias.....				
37	Adiantamentos por conta de compras.....				
218	Dividas de terceiros - Medio e longo prazo: Clientes de cobrança duvidosa.....			0.00	0.00
		0.00		0.00	0.00
	Dividas de terceiros - Curto prazo:				
211	Membros c/c.....	1 355 807.84		1 355 807.84	1 105 715.07
212	Membros - Titulos a receber.....				
252	Secções Regionais.....				
253+254	Empresas participadas e participantes.....				
251+255	(Restantes) accionistas (socios).....				
229	Adiantamentos a fornecedores.....	2 400.00		2 400.00	
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado...				
24	Estado e outros entes publicos.....				
262/6/7/8+221	Outros devedores.....	551 027.85		551 027.85	149 810.64
264	Subscritores de capital.....				
		1 909 235.69		1 909 235.69	1 255 525.71
	TITULOS NEGOCIÁVEIS:				
1511	Ações em empresas do grupo.....				
1521	Obrig. e tit. de particip. empresas do grupo				
1512	Ações em empresas associadas.....				
1522	Obrig. e tit. de particip. empresas associadas				
1513+1523+153/9	Outros titulos negociaveis.....	250 107.97		250 107.97	250 107.97
18	Outras aplicacoes de tesouraria.....				
		250 107.97		250 107.97	250 107.97
	DEPOSITOS BANCARIOS E CAIXA:				
12+13+14	Depositos bancarios.....	2 953 734.36		2 953 734.36	2 814 493.54
11	Caixa.....	997.60		997.60	997.60
		2 954 731.96		2 954 731.96	2 815 491.14
	ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS:				
271	Acrescimos de proveitos.....	1 107.66		1 107.66	1 107.66
272	Custos diferidos.....	194 743.40		194 743.40	39 876.81
		195 851.06		195 851.06	40 984.47
	TOTAL DE AMORTIZAÇÕES.....		666 423.99		
	TOTAL DE PROVISÕES.....				
	TOTAL DO ACTIVO.....	7 477 239.62	666 423.99	6 810 815.63	5 922 212.10



Cláudia Ch. A.
Luís J. P.
Luís J. P.
Luís J. P.

SEDE NACIONAL

BALANÇO PASSIVO

Exercício: 2005

Mês: FINAL

CODIGO DAS CONTAS	CAPITAL PROPRIO E PASSIVO	EXERCICIOS	
		2005	ANTERIOR
	CAPITAL PROPRIO:		
51	Fundo Social.....	1 449 712.98	1 015 929.93
521	Acções (quotas) próprias - Valor nominal.....		
522	Acções (quotas) próprias - Descontos e prémios.....		
53	Prestações suplementares.....		
54	Prémios de emissão de acções (quotas).....		
55	Ajustamento de partes de capital em filiais a associadas.....		
56	Reservas de avaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais.....		
572	Reservas Estatutárias.....	920 162.62	908 585.05
573	Reservas contratuais.....		
574 a 579	Outras Reservas.....	944 879.59	944 879.59
59	Resultados transitados.....	1 864 518.60	1 818 208.30
	Subtotal.....	5 179 273.79	4 687 602.87
88	Resultado líquido do exercício.....	312 671.70	57 887.87
89	Dividendos antecipados.....		
	TOTAL DO CAPITAL PROPRIO.....	5 491 945.49	4 745 490.74



Cláudia *Ch. A.* *Dr. J. C.*
Luís *Luís* *Luís*

SEDE NACIONAL

BALANÇO PASSIVO

Exercício: 2005

Mês: FINAL

CODIGO DAS CONTAS	CAPITAL PROPRIO E PASSIVO	EXERCICIOS	
		2005	ANTERIOR
	PASSIVO:		
	PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS:		
291	Provisões para pensões.....		
292	Provisões para impostos.....		
293/8	Outras provisões para riscos e encargos.....		
	DIVIDAS A TERCEIROS - MEDIO E LONGO PRAZO.....		
	DIVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO:		
	Empréstimos por obrigações:		
2321	Convertíveis.....		
2322	Não convertíveis.....		
233	Empréstimos por títulos de participação.....		
231+12	Dívidas a instituições de crédito.....	142 499.96	159 017.89
269	Adiantamentos por conta de vendas.....		
221	Fornecedores c/c.....	264 217.87	83 026.67
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência.....		
222	Fornecedores - Títulos a pagar.....		
2612	Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar.....		
252	Secções Regionais.....	788 593.21	826 371.42
253+254	Empresas participadas e participantes.....		
251+255	Outros accionistas (socios).....		
219	Adiantamentos de Membros.....		
239	Outros empréstimos obtidos.....		
2611	Fornecedores de imobilizado c/c.....	54 890.21	2 266.81
24	Estado e outros entes públicos.....	9 658.71	13 733.39
262+263+264+265+746	Outros credores.....	3 255.78	42 758.35
		1 263 115.74	1 127 174.53
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:		
273	Acrescimos de custos.....	55 754.40	49 546.83
274	Proveitos diferidos.....		
	TOTAL DO PASSIVO.....	1 318 870.14	1 176 721.36
	TOTAL DO CAPITAL PROPRIO E PASSIVO.....	6 810 815.63	5 922 212.10



Cláudia C. H. C. O. J. J. C.
Luís J. C. M. P. J. J. C.

SEDE NACIONAL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
Exercício: 2005

Mês: FINAL

CODIGO DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	EXERCICIOS			
		2005		ANTERIOR	
61	Custo das mercad. vendidas e das materias consumidas:				
	Mercadorias.....				
	Materias.....				
62	Fornecimentos e servicos externos.....		1 845 863.22		1 723 796.41
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remuneracoes.....	250 176.66		252 675.61	
	Encargos sociais:				
643+644	Pensoes.....			48 238.80	
645/8	Outros.....	51 469.71			
			301 646.37		300 914.41
66	Amortizacoes do imobiliario corporeo e incorporeo.....	96 273.41		123 599.70	
67	Provisoes.....		96 273.41		123 599.70
63	Impostos.....	12 367.18		11 584.32	
65	Outros custos e perdas operacionais.....	1 622 421.34	1 634 788.52	1 795 589.57	1 807 173.89
	(A).....		3 878 571.52		3 955 484.41
682	Perdas em empresas do grupo e associadas				
683+684	Amortizacoes e prov. de aplic. e invest. financeiros				
(2)	Juros e custos similares:				
	Relativos a empresas do grupo.....				
	Outros.....	86 622.48	86 622.48	85 225.63	85 225.63
	(C).....		3 965 194.00		4 040 710.04
69	Custos e perdas extraordinarios.....		62 200.42		24 345.74
	(E).....		4 027 394.42		4 065 055.78
86	Imposto sobre o rendimento do exercicio.....				
	(G).....		4 027 394.42		4 065 055.78
88	Resultado liquido do exercicio.....		312 671.70		57 887.87
			4 340 066.12		4 122 943.65



Cláudia C. H. C. C. F. C.
Luís S. C. M. P. C. F. C.

SEDE NACIONAL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
Exercício: 2005

Mês: FINAL

CODIGO DAS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	EXERCICIOS			
		2005		ANTERIOR	
71	Vendas:				
	Mercadorias.....				
	Produtos.....				
72	Proveitos Associativos.....	4 215 383.94	4 215 383.94	4 039 423.40	4 039 423.40
(3)	Varição da producao.....				
75	Trabalhos para a propria empresa.....				
73	Proveitos suplementares.....	25 749.69		18 615.52	
74	Subsidios a exploracao.....	2 970.82			
76	Outros proveitos operacionais.....	19 292.72		2 451.67	
	(B).....		48 013.23		21 067.19
			4 263 397.17		4 060 490.59
782	Ganhos em empresas do grupo e associadas:				
784	Rendimentos de participacao de capital:				
(4)	Rendimentos de titulos negoc. e de out. aplic. financ				
	Relativos a empresas do grupo.....				
	Outros.....				
(5)	Outros juros e proveitos similares:				
	Relativos a empresas do grupo.....				
	Outros.....	71 470.69	71 470.69	56 869.56	56 869.56
	(D).....		4 334 867.86		4 117 360.15
79	Proveitos e ganhos extraordinarios.....		5 198.26		5 583.50
	(F).....		4 340 066.12		4 122 943.65
RESUMO					
	Resultados operacionais: (B)-(A)=.....		384 825.65		105 006.18
	Resultados financeiros: (D-B)-(C-A)=.....		-15 151.79		-28 356.07
	Resultados correntes: (D)-(C)=.....		369 673.86		76 650.11
	Resultados antes de impostos: (F)-(E)=.....		312 671.70		57 887.87
	Resultado liquido do exercicio: (F)-(G)=.....		312 671.70		57 887.87



Cláudio Ch. A. C. J. P.
Leandro S. M. P.
Dr. J. P. C.
af
sm

**ANEXO AO BALANÇO
E
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
DO EXERCÍCIO DE 2005**



Handwritten signatures and initials, including 'Claudio', 'Léguas', and 'O. J. J.', along with a small 'ag' in the top right corner.

ORDEM DOS ENFERMEIROS – SEDE NACIONAL, tem por objecto a Criação e Regulamentação da Profissão, tem a sua sede na Avenida Almirante Gago Coutinho, n.º 75 – 1700-028 Lisboa, com o n.º de identificação de pessoa colectiva 504 190 407.

Em virtude da reduzida actividade e da existência de poucas situações que mereçam ser objecto de menção nos pontos obrigatórios definidos no Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, optámos por omitir os que não são aplicáveis.

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC). No entanto, convém realçar que o título de algumas contas foi adaptado à actividade da Ordem dos Enfermeiros.

01 - Princípios contabilísticos

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos, e na base da continuidade das operações da Ordem, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, consistência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

03 - Critérios valorimétricos e contabilísticos

a) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

As imobilizações corpóreas estão mostradas pelos valores que resultaram da sua aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes.

As despesas de reparação e manutenção corrente do imobilizado sem grande relevo são consideradas como custos do ano em que ocorrem.

07 - Pessoal ao serviço da empresa

O número médio de pessoas ao serviço da Ordem dos Enfermeiros – Sede Nacional durante o exercício de 2005 foi de 17 empregados.



Claudio [Signature] [Signature]
 Sérgio [Signature] [Signature]

10 - Activo imobilizado

Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões, de acordo com os seguintes quadros discriminativos:

a) Activo bruto

(euros)

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de investigação e desenvolvimento	19 521.20		16 303.00			35 824.20
Total	19 521.20		16 303.00			35 824.20
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	365 588.30					365 588.30
Edifícios e outras construções	1 098 082.25					1 098 082.25
Equipamento básico	31 202.44					31 202.44
Equipamento administrativo	558 915.85		20 887.40			579 803.25
Taras e vasilhame						
Outras imobilizações corpóreas	50 422.15		7 205.08		814.73	56 812.50
Imobilizações em curso	6 521.20				6 521.20	
Adiantamentos por conta imobilizações corpóreas						
Total	2 110 732.19		28 092.48		7 335.93	2 131 488.74

b) Amortizações e Ajustamentos

(euros)

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Anulação/Reversão	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de investigação e de desenvolvimento	19.521,20	2.037,88		21.559,08
Total	19.521,20	2.037,88		21.559,08
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	69.230,12	22.198,76		91.428,88
Equipamento básico	25.166,54	3.895,70		29.062,24
Equipamento de transporte				
Ferramentas e utensílios				
Equipamento administrativo	433.721,68	60.497,62		494.219,30
Taras e vasilhame				
Outras imobilizações corpóreas	22.511,04	7.643,45		30.154,49
Total	550.629,38	94.235,53		644.864,91



Cláudio
Leandro
Cláudio
Cláudio
Cláudio

14 - Imobilizações corpóreas e em curso

Todo o imobilizado está afecto à actividade da Ordem dos Enfermeiros e encontra-se inscrito no balanço.

40 - Movimentos dos capitais próprios

(euros)

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
51 - Fundo Social	1 015 929.93	433 783.05		1 449 712.98
57 - Reservas				
572 - Reservas Estatutárias	908 585.05	11 577.57		920 162.62
574 - Reservas Livres	944 879.59			944 879.59
59 - Resultados transitados	1 818 208.30	57 887.87	11 577.57	1 864 518.60
88 - Resultado líquido do exercício	57 887.87	312 671.70	57 887.87	312 671.70
Total	4 745 490.74	815 920.19	69 465.44	5 491 945.49

44 - Repartição das vendas e prestações de serviços

(euros)

ACTIVIDADE: Proveitos Associativos	Valor
Quotas	4.183.833,28
Emolumentos	31.550,66
Total	4.215.383,94

45 - Demonstração dos resultados financeiros

(euros)

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2005	2004		2005	2004
681-Juros suportados	68,90	29,75	781-Juros obtidos	60.068,40	56.869,56
688-Outros custos e perdas financeiros	86.553,58	85.195,88	788-Outros proveitos e ganhos financeiros	11.402,29	
Resultados financeiros	-15.151,79	-28.356,07			
Total	71.470,69	56.869,56	Total	71.470,69	56.869,56



Cláudio
Leandro
Cláudio
Cláudio
Cláudio
Cláudio

46 - Demonstração dos resultados extraordinários

(euros)

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2005	2004		2005	2004
691-Donativos	27 304.76	2 944.00			
695 - Mutas e penalidades	200.00				
697-Correções relativas a exercícios anteriores	34 157.28	21 401.74	797-Correções relativas a exercícios anteriores	893.30	1 550.38
698-Outros custos e perdas extraordinários	538.38		798-Outros proveitos e ganhos extraordinários	4 304.96	4 033.12
Resultados extraordinários	-57 002.16	-18 762.24			
Total	5 198.26	5 583.50	Total	5 198.26	5 583.50

48 - Outras informações

a) Acréscimos e diferimentos

Decomposição dos saldos evidenciados no balanço em 31 de Dezembro de 2005:

(euros)

Custos diferidos	
Seguros	178 039.29
Contratos de Manutenção	2 637.31
Conservação e Reparação de Imóveis	12 705.39
Outros Custos Diferidos	1 361.41
Total	194 743.40

Acréscimos de custos	
Remunerações a liquidar	36 695.45
Comunicação	2 091.03
Outros acréscimos de custos	16 967.92
Total	55 754.40

Acréscimos de Proveitos	
Outros acréscimos de proveitos	1 107.66
Total	1 107.66

O Técnico Oficial de Contas

António Campos Pires Caiado
TOC 93

O Conselho Directivo

Leandro
Cláudio
Leandro
Cláudio
Leandro
Cláudio
Leandro
Cláudio



Cláudio *Luís* *Cláudio*
Luís *Luís* *Luís*

Ex.ma Sra.
Presidente do Conselho Directivo
da Ordem dos Enfermeiros

Assunto: Relatório e Parecer sobre o Relatório de Actividades e Contas referentes ao ano 2005

Vem o Conselho Fiscal, nos termos estatutários, apresentar o seu Relatório e Parecer sobre o assunto supracitado:

Relatório

No cumprimento das disposições estatutárias e das suas funções, o Conselho Fiscal entende que:

O Relatório apresentado pelo Conselho Directivo traduz de forma clara e diversa, o trabalho desenvolvido ao longo do ano 2005 superando em muito os objectivos definidos.

Na sequência das verificações realizadas à documentação contabilística, o Conselho Fiscal confirmou os valores constantes das demonstrações financeiras, sobre as quais vai emitir parecer.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal entende que as Contas reflectem o património da nossa Ordem – Sede e o resultado do exercício apurado em 2005, estando em conformidade com os registos contabilísticos.

Parecer

Da análise do documento decidiu este Conselho dar parecer favorável ao Relatório de Actividades e Contas referentes ao ano 2005 e recomendar a sua aprovação na Assembleia Geral prevista para 18 de Março p.f.

Ordem dos Enfermeiros – Sede, 24 de Fevereiro de 2006

O Conselho Fiscal

Norberto Francisco Messias Pinto
Enf.º Norberto Francisco Messias Pinto

Inácio António Casaca Neves
Enf.º Inácio António Casaca Neves

Lídia Gomes Valinho
Enf.ª Lídia Gomes Valinho

Maria da Conceição Remesso Vieira
Enf.ª Maria da Conceição Remesso Vieira